



A CAPACIDADE DA MULHER POLICIAL NA EXECUÇÃO DO TRABALHO DESEMPENHADO EM UNIDADES OPERACIONAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE

Élida Damasceno Braga¹

1. Introdução

A presente pesquisa, em fase inicial, visa compreender as relações sociais de gênero estabelecidas no âmbito do Batalhão de Choque, unidade operacional da Polícia Militar do Estado de Sergipe. Além disso, propõe uma incursão teórica, buscando apresentar o universo proposto e esclarecer questões relativas ao processo de incorporação da mulher ao serviço policial; bem como o funcionamento da referida unidade frente à realidade atual. Nesse contexto, pretende-se abordar as relações de gênero, haja vista tratar-se de um ambiente predominantemente masculino, bem como avaliar os impactos da presença feminina no cotidiano da atividade policial.

Nesse estudo, foi selecionada como objeto de análise, ainda em caráter experimental, a atuação das policiais femininas no Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de Sergipe. O referido batalhão possui, atualmente, em seu efetivo policial, cerca de 190 integrantes dentre eles oito mulheres.

Três razões conduziram o interesse pela pesquisa. A primeira foi à curiosidade em analisar cientificamente o impacto causado pela inserção das mulheres nas atividades da Policial Militar de Sergipe, mas precisamente do BPChoque². A segunda, o fato de não haver estudos sobre essa temática na Instituição analisada. E por último, por constituir a minha profissão e minhas experiências cotidianas como policial militar.

Ingressei como soldado na Polícia Militar de Sergipe em 2002 e, durante os quatro anos seguintes, trabalhei no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) no serviço da Guarda do Quartel. Depois, por um ano, fui auxiliar nas atividades internas ao setor da coordenação dos cursos oferecidos pelo Centro de Formação, estando longe das ruas e do serviço operacional propriamente dito. Em 2007 cheguei ao Batalhão de Choque, sem qualquer experiência nas atividades desenvolvidas no universo proposto.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Mestranda em Sociologia pelo Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (NPPCS/UFS).

² Batalhão de Polícia de Choque



No período do curso de formação de soldados, havia uma disciplina que tratava dos assuntos específicos àquela unidade. Contudo, era chegada a hora de colocar em prática o que havia aprendido no plano teórico e que, sequer havia sido cogitado, por breve momento, em fazer parte do meu cotidiano. O trabalho a ser executado era totalmente diferente e necessitava de aprendizado específico. Recorri, então, aos antigos manuais, contudo, ainda não me dava conta do papel que exerceria dali em diante, muito menos o fato de ser mulher naquele ambiente.

Para uma rápida conceituação do universo abordado, vejamos a definição de Ferreira³, em que

A Tropa de Choque é um Corpo de Polícia especializado em controlar grandes multidões em manifestações, que geralmente encontram-se eufóricas, havendo em algumas ocasiões a necessidade de utilização de métodos que vão além da simples verbalização, tais como: bombas de efeito moral, gás de pimenta, tiros de munição de borracha (anti-motim) e a própria força, sendo em muitas delas para se defender e defender as pessoas que estão alheias a tais manifestações e querem apenas a garantia basilar de ir e vir ou de poder trabalhar, devendo tomar tal proporção apenas no intuito de não permitir que tal desordem se transforme em um verdadeiro caos.

Em Sergipe, a Unidade de Policiamento de Choque foi criada em 20 de dezembro de 1979. Hoje, conta com um efetivo de 190 policiais, distribuídos em três companhias. A 1ª CPChoque⁴ é responsável pelo Controle de Distúrbios Cíveis (policiamento em presídios, estádios de futebol, reintegração de conflitos agrários) ; a 2ª CPChoque é composta pelo Tático Motorizado, atuando, na capital e área metropolitana, no policiamento ostensivo com viaturas e no combate a criminalidade na área bancária e periférica; e a 3ª CPChoque composta pelo Canil, atuando nas praças desportivas e repressão às drogas. Nas três companhias há participação da mulher na rotina de trabalho.

A observação mais imediata que fiz foi o fato de que, em um universo de aproximadamente duzentos indivíduos havia apenas seis mulheres. A tendência à divisão sexual do trabalho era bem latente ao se perceber mulheres trabalhando no setor burocrático. Entretanto, os serviços externos, ou seja, de rua, eram comuns a ambos os sexos. Quando o efetivo do Batalhão era requerido para escalas extras, por exemplo, todos os componentes eram alocados sem distinção de sexo. Daí em diante, os questionamentos foram inúmeros: Por que somos tão poucas aqui? Como e por que estamos integrando este contexto tão excessivamente masculinizado? Como será essa interação? Como eles nos percebem? Será que somos o rival, ou seja, o outro igual, questionando o poder até então masculino que Vasconcelos se refere⁵, dentre outras questões.

³ FERREIRA, Aldo Bruno. **Tropas de Choque e os Direitos Humanos**. (Especialização) – PRONASCI/ULBRA, Canoas, 2008.

⁴ Companhia de Policiamento de Choque

⁵ CASTRO, Mary G; LAVINAS, Lena. **Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.



2. *Mulheres policiais e a divisão do trabalho*

Nesse ponto começa a construção do objeto de estudo, ou seja, as relações sociais de gênero no âmbito do Batalhão de Choque. Tal perspectiva se insere na sugestão de reterritorialização da discussão sobre trabalho e mulher proposta por Castro e Lavinás⁶, para as quais as relações de gênero aparecem como modelo de delimitação de objeto. A mudança de foco de estudo de mulher para uma contextualização da mulher em áreas diversas proporciona uma abertura para um campo de estudos de modo mais amplo. Dessa forma,

Não basta indicar o lugar onde estão as mulheres, o que fazem, ou o que não fazem. É preciso aprender a alquimia das relações sociais que são também constitutivas das relações de gênero e vice-versa. Um dos desafios que nos aguardam é pensar em como fazê-lo. Trabalhar o processo de formação das identidades sociais à luz das relações sociais de gênero permite interpretar a dinâmica da construção dos sujeitos sociais sexuados. Dinâmica que incorpora necessariamente outros registros, além de gênero, mas que não pode prescindir deste, sob pena de fragmentar o real. (CASTRO; LAVINAS, 1992, p.217)

Segundo Bruschini⁷, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro data dos anos de 1970. Transformações sociais de ordem econômica, social e geográfica têm incidência direta na composição da força de trabalho. As mudanças de valores relativas ao papel da mulher e o aumento da presença feminina no espaço público, controle da fecundidade e expansão da escolaridade, também contribuíram para este processo.

Contudo, a divisão sexual do trabalho limitou uma boa parte dessa força de trabalho. As mulheres eram alocadas em trabalhos tipicamente femininos, tais como, empregadas domésticas, operárias, secretárias, balconistas, professoras, enfermeiras, tendo número bastante significativo ligado ao setor de terceirização dos serviços que aumentou, consideravelmente, na década de 80. Outra questão relevante é a desigualdade salarial entre homens e mulheres, haja vista a condição sexo ser uma variável responsável por diferenças salariais, juntamente com a variável cor, influenciando, consideravelmente, para a intensa desigualdade salarial entre homens e mulheres⁸.

Ainda segundo Bruschini⁹, nos anos 90, as mulheres continuam ingressando no mercado de trabalho e diversificando os espaços ocupados. Os benefícios obtidos pela expansão do emprego público permitiram às mulheres o acesso a direitos conquistados através da Carta Magna. No entanto, é preciso romper com uma característica que tem marcado o trabalho feminino, a segregação ocupacional. Tal rompimento possibilitará mudanças de valores e atitudes que, para a

⁶ Ibid.

⁷ BRUSCHINI, C. **O Trabalho da Mulher Brasileira nas décadas recentes**. Revista Estudos Feministas, vol.2, nº3 out/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.1994.

⁸ BRUSCHINI, C. **O Trabalho da Mulher Brasileira nas décadas recentes**. Revista Estudos Feministas, vol.2, nº3 out/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.1994.

⁹ Ibid.



autora, reformulará a divisão sexual no âmbito das responsabilidades profissionais, bem como na constituição do trabalho feminino.

Tal divisão é apontada por Hirata¹⁰, como um marcador bem definido da precarização do trabalho feminino. No entanto, o trabalho desenvolvido no Batalhão de Choque se define pela igualdade de horas trabalhadas, proteção social, aposentadoria, tudo se dá em um mesmo nível para os que ali trabalham. O que se observa, na verdade, o que justifica a precarização do trabalho da mulher, é a dificuldade na obtenção de qualificação formal, pois os cursos disponibilizados pela Polícia Militar para as unidades operacionais são bastante disputados, onde o critério base se apóia no *ethos*¹¹ da masculinidade para a escolha dos participantes. Dessa maneira, pretende-se analisar no decorrer da pesquisa essa dificuldade, vivenciada na época em que vários cursos da CATI/SWAT foram ofertados aqui em Sergipe.

De acordo com Souza¹², destaca-se uma tendência à invisibilidade no trabalho desenvolvido pelas mulheres policiais na Polícia Militar de Sergipe, onde as mesmas são apontadas como frágeis e delicadas, sendo colocadas, em sua maioria, para exercer trabalhos administrativos. Esse fator,

impede uma inserção plena na corporação, para além dos espaços tipicamente “femininos” onde o seu habitual “zelo” e “sensibilidade” seriam mais ajustáveis. Em certo sentido, tal como será discutido, as mulheres continuam a ocupar simbolicamente um lugar marginal na Polícia Militar. Na PM, a rua e o confronto com as situações de risco permanecem como critérios balizadores da “verdadeira” função policial e que tem na atividade-fim um espaço reservado aos homens.(SOUZA, 2009)

Percorrendo a História, esta nos mostra um quadro de muito tradicionalismo em relação às questões do policiamento no Brasil. Um momento crítico, década de 1980, a crise policial, abertura política depois de tantos anos sob o regime autoritário, torna premente a necessidade de mudanças no âmbito da Segurança Pública no país. De imediato, era preciso dar um caráter mais sociável às atividades policiais, haja vista toda a marca negativa de coerção e truculência nas relações estabelecidas com a polícia, até então. É nesse contexto que surgem as primeiras mulheres policiais no país. Ao mesmo tempo em que mudanças paradigmáticas ocorriam no mundo do trabalho, também oportunizara a inserção de mulheres nesse contexto. Contudo, a polícia, ainda atrelada ao militarismo, parecia não está preparada para esta nova composição em seus quadros e efetivos, o trabalho da mulher policial.

¹⁰ HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS). In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41

¹¹ Conjunto dos valores característicos de uma manifestação cultural (LAROUSSE, 2007, p.433)

¹² SOUZA, Marcos Santana de. **Elas não servem pra guerra: presença feminina e representações sociais de gênero na Polícia Militar de Sergipe**. 2009. (Monografia) do curso de especialização em "Violência, criminalidade e políticas públicas". Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.



Entre um número ainda limitado de trabalhos que traçam uma História da inserção das mulheres na atividade policial no Brasil, mais especificamente relacionada à Polícia Militar, vale ressaltar os estudos de Calazans¹³ e Schactae¹⁴ que nos conduzem a uma análise reflexiva sobre a constituição do trabalho feminino no âmbito policial. Fica evidente a pouca visibilidade dada e um tratamento limitado quanto à inserção das mulheres nas polícias, apontando para os ideais de naturalização do trabalho imposto a elas sob uma ótica machista. Desse modo,

[...] beneficiando-se da lógica do capital, as mulheres chegaram às instituições policiais no momento de mutações, precarização, globalização e de feminização do mundo do trabalho, encontrando no interior do aparelho policial militar, uma estrutura vertical, pautada pela divisão hierárquica do trabalho, como um modo e meio totalizante de mediação de relações. Esses modos e meios são determinados, envolvidos e sustentados institucionalmente pelos chamados círculos de convivência de oficiais e praças, passando a ter no gênero dos trabalhadores mais uma fonte de referência nas diversas lutas de poder. Assim, identificamos que o processo de inserção feminina nas polícias constitui um processo de características mundiais, guardadas as devidas proporções, o qual se caracteriza por um modo de inclusão-exclusão-dominação. (CALAZANS, 2004, p.145)

Logo, percebe-se que, concomitante às transformações que ocorriam no mundo do trabalho, também se davam no foco da atividade policial. Para atender às novas demandas da Segurança Pública que indicava um caminho de prevenção, ao invés de coerção, encontraram no trabalho feminino as qualidades necessárias para implantação desse modelo. Assim, a mulher foi incluída no contexto da atividade policial militar, com intuito de desenvolver trabalhos burocráticos e, quando muito, de cunho social. Logo, a ideologia de ser naturalmente inferior aos homens ainda a mantinha longe do trabalho ostensivo.

Nesse ponto, fica evidente a intenção de manter, no interior da instituição militar, os mesmos padrões sociais estabelecidos para mulher fora dela, ou seja, a reprodução dos papéis que mantinham as relações de dominação do masculino sobre o feminino, haja vista o masculino, segundo Cruz¹⁵, ser o sujeito do trabalho apresentado como universal. Esse domínio a que Cruz se refere, em que as mulheres estão sujeitas, está ligado ao fato de, historicamente, não serem vistas como indivíduo, mas como grupo. Segundo a autora, os conceitos de público e privado, sendo este proposto como ambiente destinado à mulher, vêm se constituindo como ferramenta importante para a teoria feminista. A quebra dessas fronteiras envolvem análises e mudanças nas formulações

¹³ CALAZANS, M.E. de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

¹⁴ SCHAETAE, Andrea Mazurok. **Policial Feminina: representações do feminino na legislação da PMPR**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, 2006, Florianópolis, SC. Anais - Seminário Internacional fazendo gênero 7: gênero e preconceito. Florianópolis, SC: Mulheres, 2006.

¹⁵ CRUZ, Maria Helena Santana. **Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos**. In: Educação e cidadania: questões contemporâneas / Paulo S. C. Neves (org.). – São Paulo: Cortez, 2009.



propostas pelo movimento feminista¹⁶. Ainda conforme o pensamento de Cruz, no qual a movimentação da mulher na esfera pública do trabalho é parte integrante do processo, embora a mesma tenha sido oculta de ser sujeito dessa história, nos remete ao ambiente proposto para esse trabalho, ou seja, o cotidiano do Batalhão de Choque, que é carregado historicamente por marcas profundas no seio da sociedade, as quais foram geradas desde a sua criação. Isso por si é um vasto campo de estudo, pois as transformações ocorridas nesse processo, as representações sociais¹⁷ dele advindas, bem como suas construções, são bastante diversificadas.

Contudo, o foco principal da pesquisa vem sendo a participação feminina neste contexto já estabelecido culturalmente. Uma vez que, segundo Hall¹⁸, a cultura é concebida como um campo de luta e contestação, o qual produz tanto os sentidos quanto os sujeitos que constituem os diferentes grupos sociais em sua singularidade, compreende-se, portanto, que a cultura precisa ser analisada quanto ao seu impacto na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social, em meio à construção dessas identidades.

Tais identidades segundo Hall¹⁹, resultam do deslocamento do sujeito, ou descentramento do mesmo, em relação ao sujeito moderno de identidade fixa e estável, descritos através de rupturas nos discursos do conhecimento moderno. Uma dessas rupturas se dá com o feminismo, a partir da década de 60, tanto como crítica teórica quanto movimento social. O ponto de deslocamento a que Stuart Hall se refere está no fato de que, com o movimento feminista, abriu-se campo para contestação em diversos pontos da vida social, tais como, família, sexualidade, divisão do trabalho, cuidado com crianças, formação de identidade de gênero, entre outros.

Todavia, há que se pensar no erro que se cometeu na base do movimento feminista, idos de 1960, ao se pensar no papel masculino como modelo a ser atingido por mulheres que queriam igualdade de condições. Isso apenas destacou o sentimento de inferioridade, de objeto inacabado, servindo de reforço para já existente desvalorização, sentida mais de perto pelas mulheres que se destacavam no mundo dos homens, sendo este estabelecido como o padrão do melhor²⁰.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ O conceito de representação social foi proposto por Moscovici na década de 60 e refere-se a «um conjunto de conceitos, proposições e explicações criados na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual». (MOSCOVICI, 2003)

¹⁸ HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22 n.2, p.15-46, 1997.

¹⁹ HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

²⁰ OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.



Se bem que, o feminismo não é mais o que era antes, pois o mecanismo confortável de definir uma coisa pelo seu contrario foi quebrado nessas últimas décadas. Não é mais possível defini-lo a não ser pela lógica da desorganização ou transformação²¹. As mudanças no mundo do trabalho foram inúmeras e o lugar social da mulher bem como suas experiências foi dinamizando esse processo, abrindo-lhes novas possibilidades que antes eram totalmente vetadas.

Desse modo, como uma estrutura construída (Batalhão de Choque) em meio à outra já definida (Instituição Polícia Militar), onde a participação feminina já tenderia a certa palidez, expressando bem um pensamento kantiano, pode desenvolver um trabalho em um local, essencialmente criado, para demonstrar supremacia de força, com a colaboração e participação efetiva do trabalho feminino? Como esses homens “naturalmente” constituídos para o desenvolvimento desse trabalho assimilam a participação feminina? São algumas questões elencadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse íterim, é preciso ressaltar a questão da heterossexualidade compulsória proposta por Butler²², quando se pretende analisar relações de gênero. Sob essa ótica, gênero não é uma categoria fixa, mas construída por atos repetidos e representados pelas performances que os sujeitos sociais vivenciam em seu cotidiano, cujos pontos de origens são complexos e abertos.

Outra questão relevante refere-se à Política de Direitos Humanos. Esta vem ampliando sua linguagem e contemplando preocupações com a cidadania feminina e as questões de gênero nas últimas décadas²³. As mulheres fazem parte dessa conquista histórica e relativa, uma vez que nasceu sob diversas circunstâncias, e estas acompanham sua trajetória até então²⁴. Esta mesma Política de Direitos Humanos que vem, ao longo de décadas, tentando contribuir para formação dos operadores de segurança pública.

3. Considerações finais

Este texto procurou mostrar elementos da pesquisa que está em desenvolvimento, percorrendo historicamente o trabalho da mulher nas últimas décadas. Dentro dessa perspectiva foi possível caracterizar no mundo do trabalho a questão da divisão sexual, contextualizando com o

²¹ Ibid..

²² BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²³ PITANGUY Jacqueline; MIRANDA, D. A.. **As Mulheres e os Direitos Humanos**. In: Cepia. (Org.). O Progresso das Mulheres no Brasil.. 1 ed. Brasília: Unifem e Fundação Ford, 2006, v. , p. 14-32.

²⁴ NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **Universidades, direitos humanos e democracia: a experiência das comissões universitárias de direitos humanos**. In: Educação, violência e polícia: direitos humanos? / organização: Manoel Mendonça Filho – Aracaju: Ed. UFS; Salvador: EDUFBA, 2004.



trabalho ora desenvolvido pelas mulheres que atuam no Batalhão de Choque da Polícia Militar de Sergipe. A pesquisa, que visa analisar as relações de gênero que ocorrem no referido local, relações estas vistas como complexas e abertas como aponta Judith Butler, pretende esclarecer vários pontos ainda invisíveis para o trabalho que as mulheres vêm executando na esfera da segurança pública.

4. Referências bibliográficas

BRUSCHINI, Cristina. **O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero.** In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O Trabalho da Mulher Brasileira nas décadas recentes.** Revista Estudos Feministas, vol.2, nº3 out/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.1994.

CALAZANS, M.E. de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

CASTRO, Mary G; LAVINAS, Lena. **Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto.** In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Cidadania, crise do trabalho e gênero: desafios para estabilização dos direitos.** In: Educação e cidadania: questões contemporâneas / Paulo S. C. Neves (org.). – São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Aldo Bruno. **Tropas de Choque e os Direitos Humanos.** (Especialização) – PRONASCI/ULBRA, Canoas, 2008.

HALL, S. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v.22 n.2, p.15-46, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade /** Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS). In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41

LAROUSSE. **Dicionário enciclopédico ilustrado.** São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003.



NEVES, Paulo Sérgio da Costa. **Universidades, direitos humanos e democracia: a experiência das comissões universitárias de direitos humanos.** In: Educação, violência e polícia: direitos humanos? / organização: Manoel Mendonça Filho – Aracaju: Ed. UFS; Salvador: EDUFBA, 2004.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente.** 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PITANGUY Jacqueline; MIRANDA, D. A.. **As Mulheres e os Direitos Humanos.** In: Cepia. (Org.). O Progresso das Mulheres no Brasil.. 1 ed. Brasília: Unifem e Fundação Ford, 2006, v. , p. 14-32.

SCHACTAE, Andrea Mazurok. **Policial Feminina: representações do feminino na legislação da PMPR.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, 2006, Florianópolis, SC. Anais - Seminário Internacional fazendo gênero 7: gênero e preconceito. Florianópolis, SC: Mulheres, 2006.

SOUZA, Marcos Santana de. **Elas não servem pra guerra: presença feminina e representações sociais de gênero na Polícia Militar de Sergipe.** 2009. 125p. Monografia (Especialização em Segurança Pública) do curso de Pós-Graduação em "Violência, criminalidade e políticas públicas". Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.